



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 52ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

**26/09/2019
QUINTA-FEIRA
às 09 horas e 30 minutos**

**Presidente: Senador Nelsinho Trad
Vice-Presidente: Senador Marcos do Val**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 26/09/2019.**

52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quinta-feira, às 09 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
2ª Audiência Pública com o objetivo de debater o Programa de Defesa Cibernética, em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2019-CRE, conforme os temas do Item 5 do cronograma do Plano de Trabalho da Avaliação de Políticas Públicas: I – Planejamento Estratégico do Setor Cibernético; II – Avaliação do planejamento e da execução orçamentária relacionados ao Setor Cibernético; III – Necessidades e cenários orçamentários relacionados ao Setor Cibernético; IV – Debate sobre a implementação das medidas definidas em 2014 e as frentes de atuação que se delineiam a partir dos resultados já verificados; V – Apontamento das ameaças e as atualizações do cenário do ambiente cibernético.	8

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(10)	RR	1 Renan Calheiros(MDB)(10)	AL (61) 3303-2261
Jarbas Vasconcelos(MDB)(10)	PE	2 Fernando Bezerra Coelho(MDB)(10)	PE (61) 3303-2182
Marcio Bittar(MDB)(10)	AC	3 Simone Tebet(MDB)(9)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3153/4754/4842/4844/3614
Esperidião Amin(PP)(12)	SC	4 Daniella Ribeiro(PP)(5)(22)	PB
Ciro Nogueira(PP)(6)(18)(22)	PI (61) 3303-6185 / 6187	5 Vanderlan Cardoso(PP)(11)	GO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL(PSDB, PSL)			
Antonio Anastasia(PSDB)(8)	MG (61) 3303-5717	1 Roberto Rocha(PSDB)(8)	MA (61) 3303-1437/1435/1501/1503/1506 a 1508
Mara Gabrilli(PSDB)(8)	SP	2 Flávio Bolsonaro(PSL)(14)	RJ
Major Olimpio(PSL)(13)	SP	3 Soraya Thronicke(PSL)(15)	MS
Bloco Parlamentar Senado Independente(PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
Kátia Abreu(PDT)(3)	TO (61) 3303-2708	1 Acir Gurgacz(PDT)(3)	RO (061) 3303-3131/3132
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)	AP (61) 3303-6568	2 Flávio Arns(REDE)(3)	PR (61) 3303-2401/2407
Eliziane Gama(CIDADANIA)(3)(26)	MA	3 Veneziano Vital do Rêgo(PSB)(3)	PB 3215-5833
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS)			
Fernando Collor(PROs)(7)(17)(21)	AL (61) 3303-5783/5786	1 VAGO(7)	
Jaques Wagner(PT)(7)	BA	2 Telmário Mota(PROs)(16)(7)	RR (61) 3303-6315
Humberto Costa(PT)(24)	PE (61) 3303-6285 / 6286		
PSD			
Nelsinho Trad(2)	MS	1 Arolde de Oliveira(2)	RJ
Angelo Coronel(2)	BA	2 Carlos Viana(2)	MG
Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PL, PSC)			
Chico Rodrigues(DEM)(4)	RR	1 Marcos Rogério(DEM)(4)	RO
Zequinha Marinho(PSC)(4)	PA	2 Maria do Carmo Alves(DEM)(4)	SE (61) 3303-1306/4055
PODEMOS			
Marcos do Val(27)(20)	ES	1 Romário(27)(20)	RJ (61) 3303-6517 / 3303-6519

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- (4) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (5) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (6) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- (8) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- (9) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- (10) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- (11) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (12) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (13) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- (14) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- (15) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEIRÃO).
- (16) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
- (17) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

- (18) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
- (19) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
- (20) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLIID).
- (21) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
- (22) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
- (23) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- (24) Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
- (25) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
- (26) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
- (27) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): FLÁVIO EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 26 de setembro de 2019
(quinta-feira)
às 09h30

PAUTA
52ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

2ª Audiência Pública com o objetivo de debater o Programa de Defesa Cibernética, em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2019-CRE, conforme os temas do Item 5 do cronograma do Plano de Trabalho da Avaliação de Políticas Públicas:

- I – Planejamento Estratégico do Setor Cibernético;
- II – Avaliação do planejamento e da execução orçamentária relacionados ao Setor Cibernético;
- III – Necessidades e cenários orçamentários relacionados ao Setor Cibernético;
- IV – Debate sobre a implementação das medidas definidas em 2014 e as frentes de atuação que se delineiam a partir dos resultados já verificados;
- V – Apontamento das ameaças e as atualizações do cenário do ambiente cibernético.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [REQ 24/2019 - CRE](#), Senador Nelsinho Trad e outros

Convidados:

Sr. Márcio Schiefler Fontes

- Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Sr. Marcelo Buz

- Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)

Sr. Fabio Reis Cortes

- Gerente de Arquitetura e Segurança de Tecnologia da Informação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)

Sr. Marcos Allemand Lopes

- Gerente de Departamento de Gestão da Segurança da Informação e da Continuidade de Negócios do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)

Sr. Ricardo Felipe Custódio

- Professor-Supervisor do Laboratório em Segurança da Computação da Universidade Federal de Santa Catarina (LabSEC/UFSC)

Sra. Cristine Hoepers

- Gerente geral do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br)

Sr. Márcio da Silva Nunes

- Vice-Presidente da Associação Nacional de Certificação Digital (ANCD)

Sr. Ilton Duccini

- Diretor de Segurança Digital na Empresa Telefônica Brasil e Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Sr. Eduardo Bergo

- Diretor Setorial da Comissão Executiva de Segurança Cibernética da Febraban, junto ao Banco do Brasil

1

REQ
00024/2019



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

REQUERIMENTO Nº DE - CRE



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a Política de Defesa Cibernética, delegada ao Exército Brasileiro pela Estratégia Nacional de Defesa , no exercício de 2019.

JUSTIFICAÇÃO

O Setor cibernético é, ao lado do espacial e do nuclear, setor estratégico para a Defesa do País, o que requer seu fortalecimento, aperfeiçoando dispositivos de segurança e adotando procedimentos que diminuem a vulnerabilidade dos sistemas que possuam suporte de tecnologia da informação e comunicação.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) estabeleceu, em 2011, o Centro de Defesa Cibernética (CDC), cujos objetivos envolvem a capacitação de militares em situações críticas, o desenvolvimento de sistemas e aplicações duais e a parceria com a indústria nacional para a produção de sistemas inovadores. Assim, importa ressaltar que tais capacitações se destinam a usos industriais, educativos e militares. O CDC, conforme última versão da END, pretende evoluir para o Comando de Defesa Cibernética das Forças Armadas.

Igualmente, esse setor estratégico deve aprimorar a segurança da informação e comunicações (SIC), fomentar a pesquisa científica no setor, desenvolver sistemas computacionais de defesa e tecnologias que permitam o planejamento e a execução da defesa cibernética, dentre outras atividades.

Enfim, de grande valia será estabelecermos a análise dessa política pública de defesa que se consolida no Brasil.

Sala da Comissão, 16 de abril de 2019.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)



Avaliação de Políticas Públicas
(Resolução nº 44, de 2013)

Proposta de Plano de Trabalho

Avaliação do Programa de Defesa Cibernética



SF/19979.70374-42

Presidente: Senador **NELSINHO TRAD**
Vice-Presidente: Senador **MARCOS DO VAL**
Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

1. APRESENTAÇÃO

A avaliação de políticas públicas tem como objetivo principal aprimorar a gestão do Estado, por meio da mensuração de sua eficiência, eficácia e efetividade. O resultado da avaliação é fundamental para orientar as ações do Poder Público.

A Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, prevê que a Casa Legislativa realize a avaliação de políticas públicas, que buscará, entre outras medidas, adequar os dispositivos normativos às necessidades sociais.

Nos termos do art. 1º dessa normativa, “as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas”.

Mediante a aprovação, no dia 9 de maio, do Requerimento nº 24, de 2019, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu avaliar a Política de Defesa Cibernética, setor estratégico do Estado Brasileiro, que, segundo a Estratégia Nacional de Defesa, é delegada ao Exército Brasileiro.

No Brasil, os assuntos relacionados às vulnerabilidades digitais foram tratados, inicialmente, sob a égide da Segurança da Informação pelo Decreto nº 3.505/2000, que instituiu a Política de Segurança da Informação.

No âmbito da Defesa, o denominado Setor Cibernético foi destacado pela Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703/2008, ao lado do setor espacial e do setor nuclear, como um dos três setores considerados estratégicos e essenciais para a Defesa Nacional.

A Diretriz Ministerial nº 014/2009, do Ministério da Defesa, definiu as responsabilidades relativas a cada um desses três setores estratégicos: nuclear, a cargo da Marinha; cibernético, a cargo do Exército; e espacial, a cargo da Aeronáutica. Adicionalmente, determinou providências relativas a objetivos e estratégias setoriais correspondentes a cada Força. Reforçou, ainda, que esses três setores “transcendem, por sua natureza, a divisão entre desenvolvimento e defesa, entre o civil e o militar”.



SF/19979.70374-42

O interesse da Casa por esse tema não é novo. Em 2013, um episódio mundial de grande repercussão — a suposta espionagem de agência dos Estado Unidos em vários países — resultou em denúncias de intromissão em assuntos oficiais brasileiros. Como consequência, em 3 de setembro daquele ano, o Senado Federal instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a “investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar e-mails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal”.

Os trabalhos da CPI duraram até abril de 2014, incluindo depoimentos de vários especialistas e de representantes de órgãos públicos ligados às áreas de inteligência e cibernética, tais como o Ministério da Defesa, a Anatel e a Polícia Federal, bem como aqueles supostos alvos da espionagem norte-americana, a exemplo da Petrobras.

Ainda no contexto do episódio acima apresentado, o Ministério da Defesa criou um Grupo de Trabalho (GT-Ciber), instituído pela Portaria Ministerial nº 2.569-EMCFA/MD, de 6 de setembro de 2013, para elaborar propostas mais imediatas para o campo da Defesa Cibernética.

No relatório apresentado pelo GT-Ciber, que foi aprovado pelo Ministro da Defesa em 13 de março de 2014, constaram medidas para mitigar as vulnerabilidades do ambiente cibernético, incluindo a criação do



Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) e da Escola Nacional de Defesa Cibernética (ENaDCiber).

Em 27 de outubro de 2014, a Portaria Normativa nº 2.777/MD definiu a “Diretriz de Implantação de Medidas Visando à Potencialização da Defesa Cibernética Nacional”. Coube ao Exército, em articulação com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), a Secretaria Geral do Ministério da Defesa (SG/MD) e as demais Forças Armadas, os seguintes encargos, entre outros:

- Imediata ativação do Núcleo do Comando de Defesa Cibernética (NuComDCiber) e coordenação da criação e implantação do ComDCiber;
- Imediata ativação do Núcleo da Escola Nacional de Defesa Cibernética (NuENaDCiber) e coordenação da criação e implantação da ENaDCiber; e
- Organização e execução de projetos relacionados ao Setor de Defesa Cibernética.

O tema “defesa cibernética” vem sendo tratado pelas Forças Armadas, sob a coordenação do Exército, desde 2010. Nesse período, esforços vêm sendo realizados para incorporar e aplicar capacidades.



SF/19979.70374-42

Assim, essa avaliação de política proposta pela CRE constitui importante e valioso instrumento para, a partir das análises a serem realizadas, retificar ou ratificar os planejamentos para o futuro do setor cibernético da defesa, que completou uma década, conferindo o aval do Senado Federal aos avanços pretendidos pelas Forças Armadas e, em última análise, em nome da sociedade brasileira.

Diante da relevância e considerando a transversalidade do Setor Cibernético para a defesa do Estado Brasileiro, as perguntas que a presente avaliação de políticas públicas buscará responder são:

- 1) Como se encontra a implantação das medidas definidas pelo Ministério da Defesa?
- 2) Quais as transformações e os impactos, positivos e negativos, de sua implementação?
- 3) Esses instrumentos foram efetivamente implementados ou carecem de plena implementação? Nesse último caso, quais os gargalos a serem desobstruídos?
- 4) Considerando a evolução da maturidade institucional, a velocidade de eventos e alterações de cenários que caracterizam o Setor Cibernético, as medidas propostas em 2014 são suficientes? Há demandas a serem atendidas para



que se obtenha o nível de defesa compatível com os cenários de curto, médio e longo prazos?

- 5) O que se pretende para o futuro do setor cibernético de defesa?

2. ATIVIDADES PROPOSTAS

Para levar a contento a avaliação desses instrumentos, sugere-se que a CRE segmente suas análises em cada um deles, para os quais são previstas as seguintes ações:

- Solicitação de informações ao Comando do Exército, por intermédio do ComDCiber, acerca da implantação das medidas indicadas pelo Ministério da Defesa e dos resultados obtidos com as medidas implementadas;
- Identificação de atores sociais e agentes econômicos relacionados ao tema;
- Realização de audiências públicas;
- Considerando a sensibilidade do tema, realização de audiência reservada, a fim de identificar vulnerabilidades, e levantamento de ações, visando à mitigação de ameaças e à implementação de medidas que levem à efetividade da Defesa Cibernética;



- Realização de visitas técnicas ao ComDCiber, com vistas a identificar gargalos e oportunidades de melhoria.

Com base nessas atividades, será elaborado o relatório final para apreciação pela Comissão até novembro deste ano.

3. CRONOGRAMA

Propomos a seguinte programação para o trabalho de avaliação desses instrumentos:

Atividade	Local	Convidados	Temas
1) Reunião de instalação dos trabalhos	Brasília	- Comando de Defesa Cibernética.	Apresentação e debate do plano de trabalho
2) Reuniões técnicas	Brasília	Senadores e assessorias	Reunião interna: avaliação dos trabalhos e calibragem de cronogramas. Definição de datas para as audiências públicas.
3) Análise orçamentária	Brasília	Consultoria de Orçamentos do Senado (CONORF)	Requerimento à consultoria de orçamento para análise orçamentária do setor.
4) Audiência Reservada com Membros da CRE	Brasília	- Ministério da Defesa; - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; - Comando do Exército, da Marinha e da Força Aérea; - Ministério das Relações Exteriores; - Ministério da Justiça.	I - Diagnóstico de ameaças sensíveis do setor cibernético e gargalos do Estado para implementar uma política de Defesa Cibernética, com foco: 1) na definição de marcos legais; 2) no fortalecimento da estratégia de superação dos gargalos verificados; II – Avaliação da efetividade de colaboradores nacionais e internacionais, identificando medidas necessárias para a obtenção de resultados.



Atividade	Local	Convidados	Temas
5) Duas Audiências Públicas	Brasília	1ª) Órgãos públicos: - Ministério da Defesa; - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; - Comando do Exército, da Marinha e da Força Aérea. 2ª) Representantes da sociedade civil: - Gerente geral do CERT.BR; - Representantes da ICP-Brasil; - Outros	I – Planejamento Estratégico do Setor Cibernético; II – Avaliação do planejamento e da execução orçamentária relacionados ao Setor Cibernético; III – Necessidades e cenários orçamentários relacionados ao Setor Cibernético; IV – Debate sobre a implementação das medidas definidas em 2014 e as frentes de atuação que se delineiam a partir dos resultados já verificados; V – Apontamento das ameaças e as atualizações do cenário do ambiente cibernético.
6) Visitas Técnicas	Brasília	Membros da CRE	I – Identificação das instalações do ComDCiber e ferramentas utilizadas; II – Análise dos gargalos para a implementação das infraestruturas adequadas aos cenários de curto, médio e longo prazos.
Apresentação e Votação do Relatório Final (NOVEMBRO DE 2019)			



SF/19979.70374-42

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator